

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ

366ª/03ª Reunião da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina
ATA DA 366ª/03 – TERCEIRA REUNIÃO DA CÂMARA DE
FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA, REALIZADA NO DIA 11 DE
MAIO DE 2022, EM FORTALEZA-CE.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia onze do mês de maio do ano dois mil e vinte e dois, pelo sistema eletrônico de reuniões em nuvem Zoom, ocorreu a terceira Reunião de Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina, cujos trabalhos foram coordenados pelo Vice Presidente de Fiscalização José Elielder Clares de Sousa, CRCCE nº-022995/O. Estiveram presentes os Conselheiros: Luiz Rodrigo Ferreira Gomes do Nascimento, CRCCE-016079/O; Marcos Aurélio Tavares, CRCCE-010262/O; Solania Pessoa Veras, CRCCE-023658/O; Francisco Ronney Araujo Zuza, CRCCE-CE-027211/O e Valtênir Vitor Nascimento, CRCCE-005236/O bem como a Coordenadora da Fiscalização, Elen Klezevski Pimentel. Na ordem do dia, foram julgados os seguintes processos:

PROCESSO RELATADO PELO CONSELHEIRO JOSÉ ELIELDER CLARES DE SOUSA. Processo nº 2020/008801 -

Assumir a responsabilidade técnica da Organização Contábil CNAE 69.20-6-01 - ATIVIDADE DE CONTABILIDADE, sem registro cadastral no CRC-CE. Art. 15 e alínea "b" do art. 28, do DL 9.295/46, c/c item 5 alínea "f" do CEPC (NBC PG 01) e com arts. 24, incisos I a III, e 27 da Res. CFC 1370/11. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 1006,00 (Um mil e seis reais) e pena ética de CENSURA RESERVADA, nos termos da alínea "b" e "g" do Art. 27 do DL 9.295/46, combinado com o art. 56 e art. 57, da Res. CFC 1.603/20 e com a Res. 1.605/20, em razão da reincidência do autuado e considerando que foi conferido à autuada o direito à ampla defesa e ao contraditório, porém a mesma não se manifestou em nenhuma das oportunidades. Decisão: aprovado por unanimidade. **PROCESSO RELATADO PELO CONSELHEIRO MARCOS AURELIO TAVARES. Processo nº 2021/009094 -**

Responder pela parte técnica e manter a Organização Contábil sob forma não autorizada, funcionando sem o devido registro cadastral no CRCCE. Art. 15 e alínea "b" do art. 28, do DL 9.295/46, c/c item 5 alínea "f" do CEPC (NBC PG 01). Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 1.006,00 (um mil e seis reais) e pena ética de CENSURA RESERVADA, nos termos da alínea "b" e "g" do Art. 27 do DL 9.295/46, combinado com os artigos 55, 56 e art. 57, da Res. CFC 1.603/20 e com a Res. 1.605/20, em razão da inércia do profissional para sanar a infração. Decisão: aprovado por unanimidade. **PROCESSO RELATADO PELA CONSELHEIRA SOLANIA PESSOA VERAS. Processo nº 2021/009081 -**

Firmar Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos:

sem a comprovação, por meio de documentos exigidos para a fundamentação da sua emissão, de acordo com a natureza do rendimento declarado. Alíneas "c" ou "d" do art. 27 do DL 9295/46, c/c Súmula 08 do CFC, com Itens 4 alínea "a", 5 alíneas "g" e "p" e 19 alínea "b" do CEPC (NBC PG 01) e com art. 3º da Res. CFC 1.592/20. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 503,00 (quinhentos e três reais) como pena base pela emissão de 01 (UMA) DECORE sem fundamentação, agravada por 4/10 representando o valor de R\$ 201,20 (duzentos e um reais e vinte centavos) pela repetição da infração nas demais 04 (quatro) DECORES sem fundamentação, totalizando R\$ 704,20 (setecentos e quatro reais e vinte centavos) além de aplicação de advertência reservada conforme determina alíneas

"c" e "g" ou "d" e "g" do art. 27 do DL 9.295/46, c/c art. 5º da Res. CFC 1.592/20 e Item 20 alínea "a" do CEPC (NBC PG 01), c/c § 3º do art. 56 e art. 57 da Res. CFC 1.603/2020 e com a Res. CFC nº 1.605/20, tendo em vista que não foram adotadas as providências necessárias no sentido de apresentar a documentação que fundamentasse a emissão das DECORES constantes no presente processo. Decisão: aprovado por unanimidade. **PROCESSOS RELATADOS PELO CONSELHEIRO VALTENIR VITOR NASCIMENTO. Processo Nº 2021/009035 -**

Responder pela organização contábil em condições irregulares perante o CRCCE, deixando de averbar alteração cadastral referente à transformação da empresa individual em sociedade. Art. 15 do Decreto-Lei n.º 9295/1946, com item 4 alínea "p" do CEPC (NBC PG 01) c/c Art. 6º § 1º e Art. 21 da Resolução CFC n.º 1.555/2018. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 503,00 (quinhentos e três reais) e pena ética de Advertência Reservada, previstas na Alínea "b" do Art. 27, do DL 9.295/46, c/c Item 20 alínea "a" do CEPC (NBC PG 01), com art. 56 e art. 57, da Res. CFC 1.603/20 e com a Res. 1.605/20, em razão da inércia do profissional para sanar a infração. Decisão: aprovado por unanimidade. **Processo Nº 2021/009049 -**

Efetuar alteração contratual (nome da razão social, alteração de sócio e endereço) da Organização Contábil sem a necessária averbação junto ao CRC-CE. Art. 15 e alínea "b" do art. 28, do DL 9.295/46, com item 4 alínea "p" do CEPC (NBC PG 01) e com arts. 6, § 1º e art. 21 da Res. CFC 1.555/18. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 503,00 (quinhentos e três reais) e pena ética de Advertência Reservada, previstas na Alínea "b" do Art. 27, do DL 9.295/46, c/c Item 20 alínea "a" do CEPC (NBC PG 01), com art. 56 e art. 57, da Res. CFC 1.603/20 e com a Res. 1.605/20, em razão da inércia do profissional para sanar a infração. Decisão: aprovado por unanimidade. Esgotada a pauta, o Conselheiro José Elielder Clares de Sousa, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às quinze horas e vinte minutos do dia onze do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois. A presente ata foi redigida por mim, Morgana Feijó da Gama, que a assino após sua aprovação, juntamente com o Vice Presidente de Fiscalização e com os demais Conselheiros.

CT JOSÉ ELIELDER CLARES DE SOUSA

CT LUIZ RODRIGO FERREIRA GOMES DO NASCIMENTO

CT MARCOS AURÉLIO TAVARES

CT FRANCISCO RONNEY ARAUJO ZUZA

CT VALTENIR VITOR NASCIMENTO

CT SOLANIA PESSOA VERAS

ELEN KLEZEVSKI PIMENTEL

MORGANA FEIJO DA GAMA